

EM 2017, GOVERNO FEDERAL CONTINUARÁ O ATAQUE AOS DIREITOS



Classe trabalhadora terá o desafio de lutar contra as reformas previdenciária e trabalhista. **PG|4 e 5**

SINDICATOS ASSINAM CONVENÇÃO DAS EMPRESAS PRIVADAS

Arquivo SJPDF



Negociações foram novamente marcadas por propostas rebaixadas dos patrões. **PG|3**

FECHADO ACT DA EBC

Arquivo SJPDF



Negociação: empresa mostrou desrespeito aos trabalhadores e desvalorização da comunicação pública. **PG|6**

CAMPANHA DE SINDICALIZAÇÃO 2017

Arquivo SJPDF



Conheça as facilidades para se associar ou regularizar sua situação junto ao sindicato. **PG|8**

EDITORIAL

Intransigência dos patrões e ajuste fiscal do governo impõem um 2017 de luta para os jornalistas

O ano que se iniciou há pouco mais de um mês já vem dando mostras que será de grandes desafios para os trabalhadores. As ameaças vêm do governo, do Congresso Nacional e dos patrões.

Após fechar o ano de 2016 com a aprovação do teto de gastos – PEC 241 na Câmara e PEC 55 no Senado Federal – o Palácio do Planalto e sua base de sustentação no Congresso Nacional se empenham para emplacar outras propostas que ameacem direitos, como parte do ajuste fiscal que vem sendo aplicado pelos sucessivos governos. O esforço agora é garantir a aprovação da PEC 287/2016, que altera as regras de aposentadoria, aumentando o tempo de contribuição para 49 anos e estabelecendo a idade mínima de 65 anos para homens e mulheres, entre outras mudanças negativas.

Além da reforma da Previdência, ainda vamos enfrentar as alterações na legislação trabalhista, previstas no PL 6787/2016, definindo a prevalência do acordo firmado entre empresas e sindicatos sobre a legislação. Ou seja, as negociações coletivas, quando muitas vezes os trabalhadores atuam com uma correlação de força desfavorá-

vel em relação aos patrões, terão mais poder do que o que está previsto na CLT, por exemplo.

Somado a esse cenário de ataques na política nacional, enfrentaremos também a intransigência das empresas de comunicação. A postura dos representantes patronais nas duas últimas negociações da Convenção Coletiva de Trabalho, que se recusaram a avançar nas cláusulas econômicas e sociais, aponta que a categoria precisa se engajar mais nas mobilizações convocadas pelo SJPDF, com o objetivo de impedir o fechamento de mais um acordo sem que seja garantida pelo menos a reposição do índice inflacionário. A realidade também não é melhor para os colegas da EBC e das agências de assessoria de imprensa, que também enfrentam dificuldades de outra ordem impostas ao conjunto da categoria.

Neste primeiro NR de 2017, trazemos esse cenário de grandes desafios, além de várias outras pautas gerais e específicas. E conclamamos os colegas jornalistas a unirem forças junto aos demais setores da classe trabalhadora, para impedir que nossos direitos, conquistados com anos de luta, sejam usurpados da noite para o dia.



Sindicato lança mais uma edição da Pesquisa Anual dos Jornalistas do DF

Jornalista, responda 20 perguntas em três minutos e ajude a mudar sua própria realidade

O Sindicato dos Jornalistas do DF lançou, no início de janeiro, mais uma Pesquisa Anual dos Jornalistas. O levantamento tem os objetivos de avaliar as condições de trabalho dos jornalistas, subsidiar a Campanha Salarial 2017 e analisar o trabalho realizado pela entidade. A pesquisa ficará disponível até o fim do mês de fevereiro e pode ser respondida por qualquer jornalista que trabalhe no Distrito Federal pelo seguinte endereço: bit.ly/Pesquisajornalistas2017.

A Pesquisa Anual dos Jornalistas do DF 2017 conta com um questionário com menos de 20 perguntas que poderão ser res-

pondidas em cerca de três minutos. Não há obrigação de se identificar e o anonimato será garantido, uma vez que será divulgada somente a sistematização dos resultados.

Para além de informações acerca do trabalho do profissional, como função, jornada e renda, as perguntas abordam a visão do jornalista sobre a realidade do seu local de trabalho e sobre a profissão. Na parte final, há questionamentos sobre a participação nas ações do sindicato e se o jornalista é sindicalizado ou não e também um espaço para sugestões.

O SJPDF convoca toda a categoria para responder ao questionário, visto que os resultados irão apontar um perfil da categoria no DF. Com os dados, a entidade sindical poderá embasar suas ações e construir estratégias para o enfrentamento dos problemas elencados pelos jornalistas.

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO DF

Direção-Executiva | Gésio Passos, Renata Maffezzoli e Wanderlei Pozzembom (coordenadores-gerais); Reginaldo Marcos Aguiar (coordenadora administrativa), Camila Taveira, Alan Marques e Leonor Costa. **Coordenação Administrativa** | Eduardo Wendhausen Ramos, Daiana Lima e Reginaldo Marcos Aguiar. **Coordenação de Comunicação** | Leonor Costa, Jorge Macedo, Lucas Kraus, Victor Ribeiro e Paula Fróes. **Coordenação de Cultura, Esporte e Lazer** | Alan Marques, Ubirajara Machado e Joana Dare Melo. **Coordenação Jurídica** | Marcos Urupá, Fabio Varela, Ricardo Mignone e Luciano Nascimento. **Coordenação de Formação** | Debora Castro, Roberto Pentecado, Maria Mello, Luciana Castro e Jonas Valente. **Coordenação de Condições de Trabalho e Qualidade de Vida** | Bruna Adelaide, Ronaldo Alves, Camila Taveira e Jacira Silva. **Conselho Fiscal** | Beth Fernandes, Lincoln Macário e Soane Guerreiro. **Comissão de Ética** | Deraldo Goulart, Eraldo Peres, Juliana César Nunes, Luiz Claudio Ferreira e Renato Ferraz.

BOLETIM INFORMATIVO DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO DF

Edição | Leonor Costa e Jonas Valente
Redação | Gisliene Hesse
Projeto Gráfico e Diagramação | IncaDesign www.incadesign.com.br

Endereço: Quadra 2 lotes 420/430/440 – City Offices Jornalista Carlos Castello Branco – Cobertura C13. Cep: 70.610-420
Telefones: (61) 3343-2251/fax: (61) 3343-1317
e-mail: sjpdf@sjpdf.org.br **site**: www.sjpdf.org.br

Pelo segundo ano consecutivo, categoria fecha CCT sem reposição inflacionária

Somadas as perdas de 2015 (1,42%) com as do ano passado (2,91%), os jornalistas terão um prejuízo de 4,33%

As negociações da Convenção Coletiva de Trabalho 2016/2017 dos Jornalistas duraram nove meses e, novamente, foram marcadas pela insistência dos patrões em apresentar propostas muito ruins de reajustes nas cláusulas econômicas e de poucos avanços nas reivindicações sociais da categoria. Em dezembro, a assembleia dos jornalistas aprovou não realizar a consulta às redações e votar diretamente a última proposta dos empresários. Os jornalistas presentes também optaram por não aguardar o julgamento do dissídio coletivo que tramitava na Justiça do Trabalho.

A proposta aprovada prevê um reajuste salarial de 7%, sendo 6% a ser pago a partir da folha do mês de janeiro de 2017. Os créditos dos pagamentos retroativos desde a data-base (abril de 2016) serão efetuados em três parcelas nos meses de janeiro, março e maio deste ano. O 1% restante será pago no mês de março de 2017, sem retroatividade.

Esse é o segundo ano consecutivo que os jornalistas aprovam o acordo sem a reposição inflacionária. A decisão se deu depois de vários meses de negociação e após muita pressão do sindicato, que cobrou dos patrões, nas diversas reuniões, uma proposta satisfatória às reivindicações da categoria.

Somadas as perdas de 2015 (1,42%) com as do ano passado (2,91%), serão 4,33% de defasagem salarial acumulada. Durante todo o processo de negociação, o SJPDF defendeu ganho real e, diante da intransigência das empresas, exigiu que a reposi-



Jornalistas da Record participam de mobilização da Campanha Salarial 2016 em frente à emissora

ção inflacionária como o mínimo a ser aceito. "A diretoria do SJPDF entende que a proposta é aquém do que os trabalha-

dores merecem, no entanto, quem define o fechamento do acordo é a própria categoria. Alertamos em todas as

assembleias os riscos que correríamos ao fechar, mais uma vez, uma Convenção sem pelo menos o índice inflacionário", afirma Wanderlei Pozzembom, coordenador-geral do SJPDF.

Piso Salarial e PLR - Com a nova CCT, o piso salarial passou para R\$ 2.420 (7,7%), a partir da data-base (abril de 2016). As diferenças salariais retroativas do piso serão pagas em até três parcelas bimestrais (nas folhas de pagamento dos meses de janeiro, março e maio de 2017).

O teto da Participação nos Lucros e Resultados subiu para R\$ 1.600 e o piso para R\$ 1.350. Esse benefício será pago em duas parcelas, sendo que 30% foi creditado no dia 31 de dezembro de 2016 e os 70% restantes serão pagos em 30 de junho de 2017.

Auxílio Alimentação - O auxílio-alimentação passou de R\$ 260 para R\$ 280, no entanto, o aumento só será efetuado a partir do mês de março de 2017.

Propostas dos patrões

Reajuste	7% de aumento (sendo 6% a ser efetuado a partir de janeiro. O pagamento do retroativo a data-base será parcelado em três vezes (janeiro, março e maio de 2017). O 1% restante será pago no mês de março de 2017, sem retroatividade)
Piso	R\$ 2.420 (7,7%)
PLR	35% da remuneração Teto R\$ 2.800 Piso - R\$ 2.300 Benefício pago em duas parcelas (30% foi creditado no dia 31/12 e os 70% restantes serão pagos em 30/6)
Auxílio-alimentação	R\$ 280 (a partir de março)
Auxílio-creche	R\$ 450 (7,1%)
Seguro de vida	Reajuste de 7%

Reformas da Previdência e trabalhista ameaçam direitos da classe trabalhadora

Conheça os principais motivos para lutar contra a PEC 287/2016 e saiba também o que está em jogo com o PL 6787/2016

Desde que assumiu o poder, o governo de Michel Temer tem demonstrado que não poupará esforços em investir em propostas que ameaçam direitos da classe trabalhadora, sob a justificativa de que é preciso fazer o ajuste fiscal. A aprovação, no fim de 2016, da PEC do Teto (PEC 241 na Câmara e PEC 55 no Senado Federal), que congela os investimentos em serviços públicos, como saúde, educação e assistência social, por 20 anos, dá o tom dos próximos desafios que os trabalhadores irão enfrentar em 2017. Nessa segunda fase do seu ajuste fiscal, Temer tem como tarefa agora aprovar as reformas da Previdência (PEC 287/2016) e trabalhista (PL

6787/2016).

Antes mesmo de finalizar a votação, no Senado, da proposta do teto de gastos, o Palácio do Planalto encaminhou, no dia 6 dezembro de 2016, ao Congresso Nacional, a proposta de reforma da previdência. A matéria já foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara e agora aguarda pela instalação da comissão especial, que analisará o seu mérito, antes da votação em dois turnos pelo plenário da Casa.

Com medidas duras que atacam os direitos já conquistados pelos trabalhadores, a PEC 287 aumenta o tempo de contribuição para 49 anos, iguala a idade mínima entre homens e

mulheres, eleva o prazo mínimo de contribuição de 15 anos para 25 anos, entre outras mudanças (veja o quadro com 10 motivos para ser contra a reforma da previdência).

Posicionamento do SJPDF - A diretoria do Sindicato dos Jornalistas vê com muita preocupação as propostas e é contrária às mudanças apresentadas ao Congresso. Segundo a entidade, o governo quer retirar os direitos dos trabalhadores sob o argumento de um ajuste fiscal e a retomada do crescimento.

"Ter que contribuir 49 anos para se aposentar com o valor integral é um absurdo! Isso forçará os trabalhadores a recorrerem às aposentadorias proporcionais, pois muitos não



Trabalhadores terão que lutar contra a retirada de direitos trabalhistas e previdenciários

conseguirão completar o tempo necessário para alcançar a aposentadoria integral. Também somos totalmente contra a equiparação do tempo de serviço entre homens e mulheres, visto que tal medida afetará em especial as trabalhadoras, pois está sendo ignorada a dupla (às vezes tripla) jornada a que estão cotidianamente submetidas", afirma Renata Maffezoli, coordenadora-geral do SJPDF.

Agência Brasil



Antonio Cruz - Agência Brasil

Mudanças na legislação trabalhista

Outro desafio que será enfrentado pelos trabalhadores são as mudanças previstas no Projeto de Lei 6787/2016, anunciado pelo governo no dia 22 de dezembro. O texto prevê que os acordos coletivos poderão valer mais que a legislação, em temas como: parcelamento das férias, jornada de

trabalho de até 12 horas diárias, intervalo entre jornadas (limite mínimo de 30 minutos), participação nos lucros e resultados, adesão ao Programa de Seguro Desemprego, plano de cargos e salários, regulamento empresarial, banco de horas, trabalho remoto, remuneração por produtividade, ultrativida-

de da norma ou do instrumento coletivo de trabalho e horas utilizadas para o deslocamento até o trabalho.

Mudanças nos contratos temporários de trabalho também foram apresentadas. Esse tipo de contrato passará dos atuais 90 dias para 120 dias, prorrogáveis por mais 120 dias. Os temporários poderão ser contratados diretamente pela empresa ou, como ocorre hoje, por meio de uma empresa de trabalho temporário.

A proposta do governo recebeu várias críticas de sindicatos e centrais sindicais. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) afirmou que a proposta é "ineficaz, inoportuna e autoritária". Para o Sindicato dos Jornalistas do DF, as alterações na legislação trabalhista é mais uma medida do governo que transfere a responsabilidade para a classe trabalhadora de uma crise que não deve ser paga por ela. Além disso, representa grandes retrocessos aos direitos, constantemente ameaçados pelos sucessivos governos, que agem em conluio com o empresariado.

"Não é possível o governo conseguir aprovar mais uma proposta de seu ajuste fiscal, colocando em risco a vida de milhões de pessoas que vivem do seu trabalho. O sindicato convoca, desde já, os colegas jornalistas para se somarem às mobilizações que serão organizadas nos próximos meses. As reformas da Previdência e trabalhista têm que ser derrotadas e, para isso, precisaremos de muita organização e unidade entre todas as categorias", ressalta Leonor Costa, coordenadora de comunicação do SJPDF.

Visão do Ministério Público do Trabalho

No dia 24 de janeiro, o Ministério Público do Trabalho lançou nota técnica com críticas à reforma trabalhista. A instituição afirma que existem pontos da proposta que são inconstitucionais e que, ao contrário do que o governo divulga, o projeto não conseguirá criar mais vagas de trabalho, mas sim precarizar as já existentes.

10 MOTIVOS PARA LUTARMOS CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

- 1) A idade mínima de aposentadoria passará para 65 anos de idade, para homens e mulheres.
- 2) O prazo mínimo de contribuição para a Previdência Social será elevado de 15 anos para 25 anos.
- 3) O tempo de contribuição para aposentadoria integral, que corresponde a 100% do benefício de direito de cada trabalhador, será de 49 anos.
- 4) Com a nova regra, o tempo para ter direito à aposentadoria integral aumentará em quase 20 anos.
- 5) Para se aposentar integralmente na idade mínima de 65 anos, o trabalhador terá que ter começado a trabalhar, formalmente, aos 16 anos.
- 6) Já aqueles que, devido às altas taxas de desemprego, ficaram longos períodos sem trabalho formal, só poderão receber a aposentadoria integral se trabalharem até os 80 anos de idade ou mais.
- 7) A proposta prevê um mecanismo automático de ajuste da idade mínima. A cada vez que os dados do IBGE mostrarem aumento de um ano na expectativa de sobrevivência do brasileiro a partir dos 65 anos, a idade mínima de aposentadoria subirá um ano.
- 8) A regra também valerá para o trabalhador rural, que normalmente tem jornadas mais extenuantes e pesadas que o trabalhador urbano.
- 9) A nova regra, ao igualar o tempo de aposentadoria para homens e mulheres, desconsidera a realidade das trabalhadoras brasileiras, que geralmente assumem as tarefas de casa logo cedo e acumulam duplas ou triplas jornadas de trabalho.
- 10) Nas pensões por morte, o valor pago à viúva ou ao viúvo passará a ser de 50% do valor do benefício recebido pelo contribuinte que morreu, com um adicional de 10% para cada dependente do casal. As pensões também não serão mais vinculadas ao salário mínimo.

EBC: Luta dos trabalhadores impede retrocesso maior

Durante o processo de negociação, jornalistas e radialistas enfrentaram o desrespeito da empresa

Após mais um ano de difícil negociação com a direção da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), os jornalistas e demais categorias aprovaram o Acordo Coletivo 2016/17 com a empresa pública em dezembro. O processo foi marcado pelo desrespeito da EBC em relação aos trabalhadores, com a interrupção unilateral das negociações e a apresentação de contraproposta apenas no Tribunal Superior do Trabalho (TST).

A proposta inicial da em-

presa contava com uma oferta de 4,5% de reajuste (cerca de metade da inflação acumulada do período) e a exclusão de 39 cláusulas do ACT. Com o impasse, os trabalhadores da EBC entraram em estado de greve, com a suspensão, por duas oportunidades.

Com a mediação do tribunal, a empresa promoveu poucas mudanças, com um reajuste de 5% e manutenção de retirada de dez cláusulas do ACT e a retirada de direitos em mais de 30 cláusulas. Uma proposta de mediação realizada pelo vice-presidente do TST Emmanuel Pereira foi rejeitada pelos trabalhadores, que apresentaram uma nova contraproposta mantendo os direitos sociais e

aceitando o reajuste de 6,78% proposto pelo TST.

O impasse só foi resolvido quando a empresa decidiu, finalmente, negociar diretamente com os dirigentes sindicais. Após muita pressão das entidades sindicais, uma nova proposta foi apresentada e aprovada em assembleia realizada no dia 15 de dezembro.

Novo acordo - A nova proposta garantiu o reajuste inflacionário (7,87%) nos benefícios e de 6,87% nos salários, além de preservar a maioria das cláusulas sociais. Foi mantida grande parte do texto do ACT 2015/16, destacando as cláusulas de hora-extra, do abono dos dias não trabalhados, da multa pelo descumprimento do acor-

do e a que determina que a empresa retire o cargo de chefias dos gestores que assediam os trabalhadores julgados na comissão de ética. Apenas cinco cláusulas foram retiradas.

Para Gésio Passos, coordenador-geral do SJPDF, a atuação dos sindicatos e dos trabalhadores foi fundamental, pois não permitiu que a empresa retirasse grande parte dos direitos já conquistados. "Temos que destacar a postura intransigente da direção da EBC que buscou humilhar os trabalhadores querendo cortar quase 40 cláusulas do ACT. A mobilização dos empregados pela defesa dos nossos direitos impediram essa ação reacionária", afirma Passos.

Arquivo SJPDF



Empregados da EBC participaram ativamente de assembleias da Campanha Salarial 2016

RACISMO AO VIVO NA TV

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, a Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Distrito Federal (Cojira-DF), o Coletivo de Mulheres Jornalistas do DF, o Movimento Negro Unificado/DF, a Pretas Candangas e a Frente de Mulheres Negras do Distrito Federal e Entorno publicaram nota de repúdio contra a atitude racista e machista do ex-apresentador Marcos Paulo Ribeiro, o “Marcão do Povo”, do Programa “Balanço Geral” da TV Record, que ofendeu moral e racialmente a cantora Ludmilla. Marcão chamou a cantora de “macaca”.

O caso teve repercussão nacional e mobilizou as redes sociais. A hashtag #ProcessaLudmilla chegou a ficar 15 horas como o assunto mais comentado no Twitter. Na nota, as entidades se solidarizaram com a forma como reagiu a cantora e criticaram a linha editorial de programas policiais como o “Balanço Geral”, que desrespeitam os direitos humanos e reforça a opressão de gênero e raça.

ATRASOS RECORRENTES NO JORNAL DE BRASÍLIA

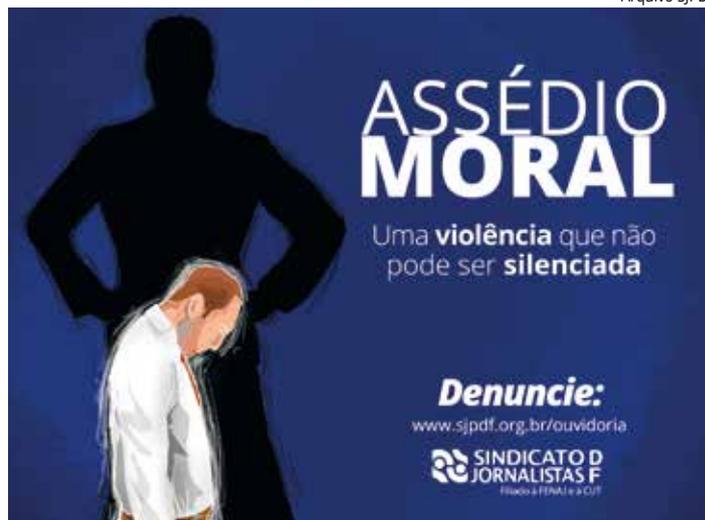
Em 2016, o Jornal de Brasília voltou a atrasar os salários e o 13º dos trabalhadores. O problema se tornou recorrente na empresa e causou vários transtornos aos jornalistas. O Sindicato e os profissionais do veículo atuaram de forma proativa em busca de soluções para o problema. A realização de assembleias, a exigência de prazos e a deliberação de ameaça de greve surtiram efeitos positivos. No entanto, a empresa voltou a atrasar os salários de dezembro, que deveriam ser pagos na folha de janeiro deste ano. Outro problema preocupante no jornal é a regularização do FGTS. No ano passado, o Sindicato recebeu relatos dos trabalhadores de que existem pendências deste benefício desde o mês de maio. A empresa ainda não apresentou uma solução para este problema, mas o SJPDF seguirá cobrando para que os jornalistas não continuem prejudicados.

Arquivo SJPDF



SINDICATO COBRA DO GDF PAUTAS DOS JORNALISTAS

O Sindicato dos Jornalistas se reuniu no mês de janeiro com o secretário de Comunicação do GDF, Luciano Suassuna, e seu assessor Ricardo Taffner, para discutir temas de interesse da categoria. O Sindicato cobrou realização de concursos para jornalistas e o cumprimento da jornada de cinco horas para os colegas concursados. A entidade também reforçou a necessidade de retomar medidas aprovadas no seminário ComunicaDF, realizado em 2012, como a criação de uma empresa pública de comunicação que manteria uma TV distrital e reestruturaria a Rádio Cultura. Além disso, foi cobrado o envio do projeto de Conselho Distrital de Comunicação, previsto na Lei Orgânica do DF, e que entrou em consulta pública em 2013.



CAMPANHA CONTRA O ASSÉDIO MORAL

Para dar continuidade às ações da Campanha contra o Assédio Moral, lançada pelo Sindicato em abril do ano passado, a entidade iniciará a distribuição de cartilha sobre o tema. A intenção do Sindicato é munir a categoria com informações sobre o assunto para que os profissionais não só saibam o que caracteriza o assédio moral mas também tenham conhecimento dos seus prejuízos e de como comprovar essa prática junto à Justiça. Na publicação, o Sindicato também chama a atenção para a importância de denunciar o problema. O profissional que quiser relatar algum caso de assédio poderá utilizar o canal da ouvidoria do Sindicato (www.sjpdf.org.br/ouvidoria), enviar um e-mail para ouvidoria@sjpdf.org.br ou fazer contato direto pelo telefone 3343-2251.

APROVAÇÃO DE MP COMPROMETE O CARÁTER PÚBLICO DA EBC

O plenário do Senado aprovou, em 7 de fevereiro, a Medida Provisória (MP) 744/2016. A matéria altera a Lei 11.652/08, que criou a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e agora vai à sanção presidencial. De acordo com o parecer aprovado, de autoria do senador Lasier Martins (PDT-RS), o Conselho Curador da empresa será substituído por um Comitê Editorial e de Programação. O texto original da MP não previa uma instância substituta para o órgão. A MP também muda a forma de nomeação do diretor-presidente. Pela proposta, ele será nomeado pelo presidente da República, após aprovação do Senado Federal, e altera a composição do Conselho de Administração (Consad). Na norma anterior, o diretor-presidente tinha mandato de quatro anos e não podia ser exonerado.

Para Jonas Valente, diretor do SJPDF, a aprovação da MP é um retrocesso. “Embora a MP mantenha um Comitê Editorial, esse órgão é muito mais enfraquecido do que o Conselho Curador. Temos também a extinção do mandato que só poderia ser retirado pelo Conselho Curador. Essas duas medidas representam um retrocesso enorme e, na prática, a destruição do caráter público da EBC”, afirma Valente.

Campanha de Sindicalização 2017 visa trazer novos colegas para o Sindicato

Saiba as facilidades para se associar ou regularizar!

O Sindicato dos Jornalistas do DF lançou em fevereiro a Campanha de Sindicalização 2017. Realizada todos os anos, a iniciativa garante facilidades a jornalistas para se associar ou

regularizar sua situação junto à entidade. A novidade deste ano é que a regularização para os profissionais que estão há mais de quatro meses em atraso poderá ser feita com o pagamento de R\$ 200 e também dividida em até dez vezes. Confira as facilidades:

PARA NOVOS SINDICALIZADOS

- 1** Desconto de 10% na anuidade à vista ou em pagamento programado no cartão
- 2** Desconto de 5% na semestralidade à vista ou em pagamento programado no cartão

PARA ASSOCIADOS INADIMPLENTES

- 1** Regularização com o pagamento de R\$ 200, quitando a dívida
- 2** A regularização poderá ser dividida em até dez vezes no cartão ou no boleto

SAIBA COMO SE SINDICALIZAR

Documentação necessária para sindicalização:

Diploma do curso de Comunicação Social, com habilitação em jornalismo; (funções de Repórter Fotográfico/Cinematográfico/Ilustrador/Diagramador não necessitam apresentar diploma)

Carteira de Identidade e CPF

CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social, com número de registro profissional

Fique atento: a mensalidade dos sindicalizados é de 2% do salário, mas limitados a 50 reais

Motivos para se sindicalizar

Apesar de não ser obrigatória, a sindicalização é um direito do trabalhador e um verdadeiro exercício da cidadania e da vida em coletividade. Os sindicatos são os legítimos representantes dos trabalhadores junto aos empregadores. É atuar, de forma conjunta, para avançar em novos direitos e manter os já conquistados.

Os jornalistas filiados contam com benefícios como descontos em convênios, preços menores para fazer carteira da Fenaj e assessoria jurídica diferenciada.

VEJA ALGUNS DOS BENEFÍCIOS

Fazer uso dos convênios

Descontos em cursos oferecidos no Sindicato

Desconto na emissão da carteira da Fenaj e possibilidade de emissão da carteira internacional

Assessoria jurídica diferenciada, com atendimento na área de Direito Previdenciário

Contribuir para fortalecer a entidade na luta por mais direitos

Desconto de 50% no aluguel do auditório e de 25% no aluguel das vagas de garagem

Disponibilizar o currículo no banco de currículos do sindicato

Receber todos os informativos eletrônicos e o NR mensal

Pedir a devolução da contribuição assistencial

Votar e ser votado nos fóruns e instâncias deliberativas da categoria